ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

14ª Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. ----------

-------Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e nove membros dos quarenta e três que constituem este órgão: ----------

-------Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, Luis Pedro Martins Lopes, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira Sampaio Mesquita, Ester de Fátima Parra Martins, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Armando do Nascimento Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, José Augusto Rodrigues Mendes, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires em substituição do Senhor Vitor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. ---------- --------

-------Foi justificada a falta aos membros Belmiro Joaquim Mendes Ferreira e José Francisco Marcos Carrasco. ----------

-------Não apresentaram justificação os membros Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça e José Carlos Ferreira Lopes. ----------

-------Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: ----------

-------1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

----------1.1 ***Ata da Sessão Ordinária do dia 22 de abril de 2016 – Apreciação e Deliberação.***----------

----------1.2 ***Informação da Correspondência Recebida e Expedida.***--------

----------1.3 ***Período de Intervenção do Público.***----------

----------1.4 ***Intervenção do Dr. Paulo Praça, Diretor-geral da resíduos do Nordeste, EIM sobre a unidade de tratamento mecânico e biológico como fator de desenvolvimento socioeconómico e ambiental da região.***----------

----------1.5 ***Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.***------

-------2. PERIODO DA ORDEM DO DIA: ----------

----------2.1 ***Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.***----------

----------2.2 ***Pedido de classificação do arqueossítio " Castelo dos Mouros" de Vilarinho dos Galegos na qualidade de imóvel de interesse municipal, categoria monumento – Análise e deliberação.*** ----------

----------2.3 ***Informação sobre o "Manifesto" apresentado pela Senhora Vereadora da Educação, Joana da Silva, no Conselho Municipal de Educação - Análise e deliberação.***----------

----------2.4 ***Informação sobre a proposta de delimitação – área de reabilitação urbana (ARU) da Vila de Mogadouro – Análise e deliberação.*** ----------

----------2.5 ***Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimentos – Análise e deliberação.***----------

----------2.6 ***Segunda Revisão do Orçamento Municipal da Receita do ano 2016 – Análise e deliberação.***----------

----------2.7 ***Formas de apoios às Freguesias /Uniões de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Pedido de apoio financeiro da Junta de Freguesia de Azinhoso para as obras no cemitério da freguesia - Para conhecimento.*** ----------

----------2.8 ***Adesão da Assembleia Municipal de Mogadouro à Associação Nacional de Assembleias Municipais – Análise e deliberação.***

----------2.9 ***Compromissos plurianuais – Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos - Para conhecimento.*** ----------

----------3. ***Outros assuntos.*** ----------

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e cumprimentou todos os presentes. ----------

-------O Presidente da Assembleia apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: ----------

-------1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

----------1.1 ***Ata da Sessão Ordinária do dia 22 de abril de 2016 – Apreciação e Deliberação.*** ----------
-------Não havendo intervenções, vou colocar a ata a votação. ----------
-------A ata foi aprovada por unanimidade. ----------
-------Vamos passar ao ponto 1.2----------
----------1.2 ***Informação da Correspondência Recebida e Expedida.***--------
-------O senhor Presidente da Assembleia informou que foi dado conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida. ----------
-------Passou ao ponto **1.3** ----------
----------1.3 ***Período de Intervenção do Público.***----------
-------Tenho presente um pedido de Jaime Luis Amaro Nogueira, que ao abrigo do regimento e na qualidade de público pretende intervir sendo o assunto a III fase da zona industrial. Obviamente que, como público e em conformidade com o regimento, os cidadãos interessados em usar da palavra terão necessariamente que fazer a sua inscrição, identificando-se e indicando o assunto que pretendem expor, pelo que todos os pedidos de esclarecimento são sempre dirigidos à Mesa e nunca em especial a qualquer membro da Assembleia Municipal ou Câmara Municipal, portanto o público colocará a sua questão à Mesa que a remeterá à Câmara para os efeitos devidos. ----------
▶ **JAIME NOGUEIRA** usou da palavra e disse: "mais uma vez aqui estou eu pelo mesmo motivo de sempre, mas desta vez vou ser muito breve, venho apenas informar a Assembleia que a Jaime Nogueira & Filhos ganhou novamente o recurso, o quarto já intentado pelo Caldeira em arranjinho com este Município e aqui estão setenta e quatro mil e novecentos euros em honorários com advogados, mais uma boa gestão do Município, para que não fiquem dúvidas ofereço uma cópia do acórdão à Mesa, assim me despeço, continuação de bom dia". ----------
▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "vamos passar ao ponto 1.4 ----------
----------1.4 ***Intervenção do Dr. Paulo Praça, Diretor-geral da Resíduos do Nordeste, EIM sobre a unidade de tratamento mecânico e biológico como fator de desenvolvimento socioeconómico e ambiental da região.***----
▶ **DR. PAULO PRAÇA** usou da palavra e disse: "quero em primeiro lugar agradecer o convite, estou aqui com muito gosto porque sempre tive o apoio que foi necessário e que tem sido necessário ao desenvolvimento da atividade da empresa ao longo dos seus anos de atividade, que são treze, é com gosto que realmente o faço e também por dever. Quero felicitar porque não falamos sobre o convite e a minha presença aqui a que acedi de imediato e felicitar a escolha do tema, porque julgo que está muito bem colocado na prespetiva do ambiente como um fator de desenvolvimento socioeconómico e ambiental, de facto já não estamos hoje só a cuidar de matérias estritamente ambientais ou de saúde pública e por isso no passado

se falava em saneamento básico, eram coisas básicas, hoje estamos muito além e estamos de acordo com os indicadores a níveis daquilo que é a nossa integração europeia e com bons parâmetros, sendo sempre certo que nesta atividade o trabalho nunca está concluído, haverá sempre qualquer coisa por fazer, haverá sempre qualquer coisa para melhorar, para corrigir, para aperfeiçoar, mas como se costuma dizer o caminho faz-se caminhando e ao longo destes treze anos da empresa foi possível montar um verdadeiro sistema intermunicipal, o que para mim é um ponto a registar desde logo, que é um verdadeiro exemplo de cooperação supra municipal com atividade desenvolvida e já com alguns resultados visíveis e oxalá seja possível sempre a quem estiver com responsabilidades continuar a melhorar e a fazer esta evolução, vou projetar aqui um pequeno vídeo que explica aquilo que é o projeto, unidade de tratamento mecânico e biológico, o que é menos conhecido, uma vez que é normal que assim seja, muitas vezes a nossa prespetiva como cidadãos, como munícipes é muito a da nossa porta, é aquela incidência do dia-a-dia, do contentor, dos ecopontos que sempre faltam, faltará sempre algum ecoponto nalgum lugar, mas também sobre esse aspeto estamos a trabalhar e está já apresentada uma candidatura aos fundos comunitários, ao POSEUR Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos num valor que ascende a três milhões de euros para toda a região e que prevê a colocação de ecopontos em todas as localidades, de todos os municípios e portanto é uma evolução que pretendemos fazer na recolha seletiva e também continuar a evoluir em vários indicadores que são necessários, este projeto é um projeto como vão ver que foi muito importante, coloca-nos ao melhor nível daquilo que se pode fazer num sistema com estas características e que significou que a empresa foi capaz no anterior quadro comunitário de apoio de candidatar, e de executar o valor de vinte milhões de euros e portanto julgo que é um valor bastante expressivo que diz da importância e oxalá a região através das entidades supra municipais que tem continue a conseguir captar fundos para estes territórios de baixa densidade, o que acreditem não é nada fácil face à regulamentação e aos princípios que muitas vezes estão estabelecidos, eu projetava então o filme, depois apresentaria um balanço de massas daquilo que nós recolhemos e que tratamos de resíduos e estaria depois à vossa inteira disposição para esclarecimentos, para perguntas e qualquer coisa que não seja capaz de vos responder ou explicar farei depois chegar à posteriori porque na vida pública temos que ser totalmente transparentes, abertos e disponibilizar todo tipo de informação, aliás o nosso site tem muita informação disponível, nomeadamente aqueles que também são os indicadores económico-financeiros, sobre esse ponto de vista dizer que a empresa tem boa saúde financeira, teve o ano passado o 19º lugar das empresas municipais com melhores resultados positivos e isso deve-se ao empenho e ao cumprimento das obrigações por parte dos

municípios e não podia deixar de registar aqui que o Município de Mogadouro sempre foi exemplar no cumprimento das obrigações com a empresa intermunicipal. ----------
-------Espero que o vídeo tenha suscitado curiosidade e naturalmente o vídeo não ilustra tudo aquilo que se passa no local, fica o convite para uma visita, desde logo também há os inconvenientes, o lado menos agradável das coisas, com a matéria-prima com que trabalhamos, nomeadamente os odores, mas faz parte da vida, é aquilo que nós produzimos, é aquilo que sai de nossas casas, que chega ali e que se concentra naquelas quantidades que pudemos ver, de facto são bastantes resíduos, são muitas toneladas/ano, eu vou procurar ilustrar rapidamente o que foi o último balanço que temos completo, 2015, e dizer algumas questões gerais face à natureza deste órgão e que é importante, em primeiro lugar em relação a este projeto não foi fácil a instrução da candidatura e convencer os decisores da sua aprovação, porque ele teve que competir no programa nacional POVT, Programa Operacional de Valorização do Território, agora POSEUR, depois também uma questão muito importante é que a Resíduos do Nordeste vai por força da agregação dos municípios, vai a programas onde por regra não vão os municípios, ou seja não estamos em competição para ir todos à mesma origem, à mesma base financeira, tentar diversificar e ter outra escala, em 2015 a produção recebida passou de cinquenta e seis mil toneladas de resíduos e que cinquenta e três mil sensivelmente foram para esta unidade de tratamento mecânico e biológico, antes da unidade de tratamento mecânico e biológico o que estávamos a fazer? Estávamos a aterrar, estávamos a colocar em aterro sanitário estes resíduos e como pudemos verificar muitos deles com potencial de valorização, são resíduos recicláveis e temos aqui um total de mais de oito mil toneladas de resíduos que foi possível recuperar, deixámos de aterrar e fizemos aqueles fardos como se viam ali nas imagens que foram encaminhados para a indústria da reciclagem, entre eles o papel/cartão, o vidro, as sucatas, os plásticos, porque tudo aparece no contentor, de facto o contentor hoje é uma solução de proximidade para todos os problemas e portanto colocamos tudo o que se possa imaginar nos contentores e como agora temos esta unidade conseguimos ver também uma coisa que é sempre de lamentar, que é o desperdício da sociedade, roupa embalada, bens alimentares que não foram consumidos, portanto também há ali, o exemplo de uma cultura, apesar das dificuldades que o país atravessa e a europa atravessa, ali também uma cultura de desperdício, é sempre pena porque havia sempre possibilidades de encaminhar esses bens antes de chegarem a esta fase e portanto todas estas toneladas foram encaminhadas para a indústria da reciclagem, estamos a produzir também energia, energia em duas vias de biogás de aterro e nesta unidade por bio digestão naquela espécie de panela enorme que ali vemos, no entanto estas unidades não cumprem com tudo, não

resolvem todos os problemas e continuam a ter aquela questão que se coloca dos rejeitados, vinte e oito mil toneladas de rejeitados, ou de refugos, esses sim são colocados em aterro sanitário e para esses rejeitados o país está neste momento a equacionar soluções e as soluções podem passar pela valorização energética, por aquilo que ali diz CDR, que são Combustíveis Derivados de Resíduos, para as cimenteiras usarem estes resíduos como um combustível e portanto está-se a discutir essas soluções de valorização energética sendo que em relação aos incineradores e às cimenteiras fica ainda a uma distância considerável, portanto vamos estudar as possibilidades de valorização local para ver se isso é viável. A questão do composto como ali se falou, mais duas mil toneladas de composto, composto com a categoria 2A, pode ser aplicado na vinha e no olival. A tarifa em alta dos municípios é de trinta e três euros, se me perguntarem face à média nacional se é uma boa tarifa eu diria que sim, não por trabalhar na empresa, mas consultadas as tarifas dos outros sistemas, havendo sempre diferenças entre eles, naturalmente nunca são completamente comparáveis, são superiores nomeadamente ali no distrito de Vila Real que está acima dos trinta e seis, mais três euros pelo menos por tonelada. Depois temos deste lado direito o balanço da recolha seletiva e feito este investimento na unidade de tratamento mecânico e biológico de facto a seletiva é hoje a aposta da Resíduos do Nordeste para os próximos tempos e é a aposta nacional, depois de um ciclo de infraestruturação destas grandes unidades, elas já estão feitas, não se prevê que elas se repliquem pelo território, temos agora que melhorar as recolhas seletivas e é nesse sentido que estamos já a trabalhar e que já apresentámos candidatura aos fundos comunitários e que queremos também aproveitar pelos fundos comunitários para poder melhorar esse aspeto, também um papel importante, e o Município de Mogadouro integra a CIM, Terras de Trás-os-Montes, foi das poucas CIM`s do país que considerou o montante, alocou uma parte das verbas disponíveis para uma questão muito importante que continua a ser a sensibilização e a educação ambiental, de facto temos que todos adquirir novos conhecimentos e adotar novas práticas nestas matérias ambientais, portanto temos ali aquele balanço da recolha seletiva, não é tanto por falta de infraestrutura muitas vezes, estamos assim, podíamos estar melhor mesmo com a infraestrutura existente, claro que muitas vezes se reivindica a falta de um equipamento, de um contentor, de um ecoponto, de um saco, mas a verdade é que nós já temos cerca de seiscentos e vinte ecopontos instalados no sistema, temos catorze ecocentros em pleno funcionamento durante quarenta horas por semana e portanto temos que também rentabilizar mais a infraestrutura disponível independentemente de termos que a melhorar. Sobre a unidade de tratamento mecânico e biológico, estou-me a recordar de uma pergunta que na Assembleia da CIM colocaram, qual era no fundo o balanço económico? Receitas na ordem de

um milhão de euros/ano e portanto défice tarifário na ordem dos oitocentos mil euros/ano, estas unidades não são unidades geradoras de resultados …, se assim fosse também os fundos comunitários não as apoiavam, os fundos precisam de cobrir este défice, porque eles cumprem outras missões, nomeadamente a diminuição de CO2 e outras questões ambientais, diminuição de contaminações de água, afluentes e etc. e portanto este é no fundo aqui o balanço em alta daquilo que normalmente é menos conhecido e que como digo é sempre um trabalho inacabado e que estamos dia após dia sempre a tentar solucionar os problemas das populações em articulação com os municípios para poder evoluir e progredir, se disserem que tipo de solução ao contrário falta no nosso sistema, falta aquilo que existe noutros locais, ou falta, ou não falta, depende também de juízos de valor, é a questão da valorização energética, mas aquilo que temos coloca-nos em linha com as melhores práticas que temos na europa e portanto podemos receber à vontade visitas e ter orgulho no trabalho que todos fazemos e aquilo que eu digo sempre isto é um trabalho de todos e para todos e essa é a missão que nós temos que ter. Concluía com esta ideia, nós, eu cresci com a ideia do lixo, da palavra lixo, aquilo que não tem valor e a grande mudança é esta, o lixo visto como um resíduo, como um recurso e é esse também o caminho que a europa tem vindo a apontar da chamada economia circular, aproveitarmos melhor os recursos porque a europa é parca em recursos, não temos recursos que têm outros pontos do mundo, portanto temos que gerir melhor, porque muitas destas matérias-primas a europa está a importá-las e portanto temos que as aproveitar as vezes que for possível para uma melhor economia nacional e termino, espero não me ter alongado, estou inteiramente disponível, como disse para qualquer esclarecimento complementar, o que entenderem". ----------

▶ **DR. PAULO PRAÇA** usou da palavra e disse: "na recolha seletiva existe um sistema integrado em Portugal que se chama CIGRE e que atribui um valor de compensação económico por estes materiais, portanto nós recebemos um valor euro/tonelada por cada tipo de materiais, a indústria nacional incorpora alguns destes materiais, por exemplo o vidro a indústria nacional tem capacidade de o tratar e de o transformar em vidro novo, quando vamos para o pacote do leite, para simplificar a linguagem, a unidade mais próxima que conhecemos é em Barcelona e portanto o pacote de leite que nós estamos a rejeitar, que rejeitámos hoje se calhar ao pequeno-almoço vai provavelmente para Barcelona, hoje o mercado dos resíduos, é um mercado global e por força desses mecanismos e das regras a indústria nacional, não é um problema local, é nacional, não tem capacidade de reciclar os resíduos, ora isto coloca-nos um desafio para o país, que é porque não a nossa indústria dar resposta a estas matérias, quando estamos a falar de recicláveis no âmbito do tratamento mecânico e biológico, estamos a falar de mercado, digamos, livre, ele oscila e aí tem

sido para nós sempre uma dor de cabeça, que está neste momento também em discussão pelo governo que é a estabilidade destes valores, nós não sendo empresas comerciais temos que gerir de forma sustentável para terminar os anos com resultados positivos, nós não temos fins comerciais e portanto estes materiais flutuam, por exemplo o aço a siderurgia nacional, que é a única entidade que compra, faz flutuar o preço todas as semanas, estamos sempre a acompanhar a bolsa dos aços e das sucatas para saber aquilo que acontece, o único produto que é escoado dentro da região é o composto que felizmente tem acontecido, ele é vendido atualmente a dez euros a tonelada, portanto a granel, e temos felizmente conseguido na região, vender esse composto. A energia, sobre a energia como nós temos tarifa verde, toda a energia produzida é vendida à rede e depois compramos aquela que é necessária, porque para dar uma ideia a tarifa de energia da bio digestão são cento e dezassete euros MW/hora, o que faz que se obtenham de vendas de energia qualquer coisa como trezentos mil euros, ora a energia que compramos é muito mais barata, se calhar produzimos trezentos mil e gastamos cem mil, portanto tem a ver com a regulação do mercado e com as questões das imposições legais, é assim que funciona, todos os benefícios que a empresa obtém revertem a favor dos municípios e também todos os resultados líquidos ano após ano têm revertido para novos projetos e novos investimentos, portanto não tem existido distribuição dos dividendos pelos acionistas, mas essa é uma opção dos acionistas, se os acionistas assim entenderem um dia pode haver essa redistribuição, o que se tem entendido agora é que essa verba fica disponível para alocar a novos projetos, o que faz com que muitas vezes em novos projetos já não seja necessário pedir comparticipação aos municípios porque o dinheiro já existe na empresa". ----------

▶ **ESTER MARTINS** usou da palavra e disse: "a semana passada alguém me questionou sobre os resíduos, por exemplo quando se corta a relva que vai parar aos contentores, o resto das couves, aqui todos temos horta e vivemos da agricultura, eu por acaso respondi, eu costumo dizer que o que sai da horta deve voltar para a horta, mas perguntaram-me se os contentores é o local ideal para colocar os cortes da relva, os restos das couves e tudo isso que sai da horta, já agora gostaria que me explicasse, muito obrigado".

▶ **DR. PAULO PRAÇA** usou da palavra e disse: "eu é que agradeço a pergunta que é muito pertinente, o que é que acontece, geralmente nós mudamos as nossas práticas, há uns anos essa pergunta não se colocava porque todos nós aproveitávamos a matéria orgânica, hoje quando vamos ver a caracterização de resíduos do sistema Resíduos do Nordeste ou de Mogadouro estamos iguais às cidades, às vezes as pessoas pensam no interior a caracterização é diferente, nós fazemos uma caracterização, vamos ver qual é a composição dos resíduos e o que é que verificamos? Verificamos que a grande parte, a grande componente, 50% pelo menos é

matéria orgânica, então significa que geralmente os restos da comida, os cortes da relva e etc, estão a ir para o contentor, naturalmente que os resíduos verdes podem ser compostados, não há nada que impeça isso, se for uma escala maior tem que ter licenciamento e as coisas complicam-se, portanto deve haver um aproveitamento de preferência de proximidade de resíduos verdes, na ausência de melhor solução, claro que podem ser colocados no contentor verde, o que é que vai acontecer? Vai acontecer que naquela unidade essa matéria orgânica é retirada, mas quanto mais limpos chegassem os resíduos, também mais fácil era o trabalho naquela unidade, melhor rentabilizávamos a exploração, também há quem fale em recolhas seletivas de orgânicos, ou seja haver recolhas especificas, contentores específicos, nós já estudámos isso, o país fez uma estratégia nacional em 2003, se a memória não ma atraiçoa, e o que existe é meia dúzia de recolhas de orgânicos pontuais em grandes centros Lisboa, Porto, porque não temos a capacidade de ter uma rede de recolhas seletivas de resíduos verdes, resíduos orgânicos, face à nossa baixa densidade populacional, porque tal como interfere com outras atividades também nos resíduos o nosso problema é o da baixa densidade, estamos a falar num sistema com sete mil Km quadrados e qualquer coisa como vinte, vinte e dois habitantes/Km2 e isso implica um esforço logístico muito grande, se formos ver valores de recolha indiferenciada no litoral conseguimos ter recolhas a 35 euros/tonelada e aqui andamos a quarenta e cinco euros por tonelada, porquê? Porque é preciso ir a todas as localidades, a todos os lugares, a todas as aldeias e isso tem um esforço acrescido portanto muitas vezes o carro não está a recolher, está a fazer percurso até chegar aos contentores mais próximos e isso também é um fator de diferenciação que temos vindo a reivindicar que seja acolhido nos fundos comunitários, nos apoios, porque é completamente diferente recolher numa localidade grande com muita concentração populacional ou de baixa densidade como é o nosso caso, a resposta é essa quem puder usar os resíduos verdes, use sem problema, quem não tiver outra solução pois o contentor diferenciado cumpre a sua função". ----------

► **JOSÉ FREITAS** usou da palavra e disse: "nós Presidentes de Junta temos muita dificuldade com os contentores e normalmente em altura de inverno são cinzas que não se deviam colocar mas colocam-se e facilmente se estragam, nós temos muita dificuldade porque são só burocracias e penso que o pessoal que anda na limpeza devia ter mais atenção e chamar a atenção da empresa e dizer que falta além um contentor, porque nós quando nos dizem que falta um contentor, vimos à Câmara, fazemos o pedido, mas demora uma eternidade esse contentor a chegar ao local, não haveria uma maneira mais fácil da colocação desses contentores"? ----------

► **DR. PAULO PRAÇA** usou da palavra e disse: "muito obrigado pela pergunta, também é uma questão muito pertinente, na questão dos

contentores e ecopontos eu queria em nome da Resíduos do Nordeste assumir as responsabilidades todas porque muitas vezes somos nós a dizer aos municípios, a apelar à contenção na colocação dos contentores porque no passado o contentor surgia a pedido, alguém pediu, eu pedi para a minha rua, de preferência perto de casa, mas não à minha porta e hoje somos nós que dizemos aos municípios, não acedam aos pedidos todos, enviem-nos para informação, porque temos um parque de contentores enorme, quando fazemos a proporção de litros disponíveis por habitante, que fazemos esse rácio, vamos verificar que temos uma capacidade instalada muito superior àquilo que são os indicadores e que seria necessário, mas coloca-se realmente na baixa densidade esse problema que diz e bem porque às vezes o mais próximo está longe, vou dar um exemplo simples, a entidade reguladora do setor diz que agora temos que ter nas localidades, vamos imaginar a Vila de Mogadouro, um ecoponto de duzentos em duzentos metros, vamos ver se conseguimos atingir, mas pata o atingir já não faltarão mais que três ou quatro ecopontos e portanto com a candidatura que fizemos esperamos vir a cobrir isso, ora mas esses indicadores não têm racionalidade nenhuma, pode ter num acidade, mas a nossa região de duzentos em duzentos metros, estamos desgraçados, passo a expressão, porque depois tudo isto é refletido na tarifa, temos que fazer as coisas mas também não colocarmos em situação financeira difícil. Sobre a questão da sensibilização dos trabalhadores, das empresas, toda essa evolução que é necessária também é importante e vou só recordar aqui uma situação, em 2003 quando iniciamos atividade não havia no setor uma única pessoa, especificamente no setor, nas Câmaras havia os técnico que acompanhavam estas coisas, mas no setor em si não havia uma única pessoa com formação superior, uma única e agora temos várias pessoas, jovens qualificados, tudo isto começou a ser mais estudado, antes a colocação era aleatória, era um bocadinho mais a olho e hoje começa a fazer-se indicadores e a trabalhar e a própria entidade reguladora vem-nos dizer se estamos bem, se estamos mal e vem-nos chamar a atenção para esses aspetos que vamos procurar corrigir e portanto a colocação e como Presidente de Junta haver sempre essa ponderação porque um equipamento custa caro, um ecoponto custa quinhentos cada embalagem, vamos pôr dois mil euros, mais a colocação, e um contentor também, vou-lhes dar um exemplo que julgo que ilustra a despesa, houve uma média superfície num município vizinho que tinha a recolha municipal, beneficiava da recolha municipal e pediu a isenção de taxa e passou a contratualizar, pois tem que pagar por cada contentor qualquer coisa entre duzentos e cinquenta a quinhentos euros por mês e as pessoas disseram-me oh Paulo isso é muito caro, e eu disse, não é caro, é a indexação de todos os gastos, de todos os custos ao contentor, porque é preciso recolhê-lo, mantê-lo, lavá-lo e depois chegar àquela unidade e ter também o tratamento adequado, portanto é

caro, se passarmos aqui na vila e virmos um contentor de recolha indiferenciada podemos olhar para ele e dizer assim: estão aqui quinhentos euros por mês, grosso modo, mas isto é realmente um encargo significativo. No global a Resíduos do Nordeste teve um volume de negócios em 2015 de oito milhões de euros, ora oito milhões de euros é muito dinheiro e portanto oito milhões que nós temos que gerir, faturar aos municípios, os municípios aos munícipes e nós como residentes na região somos nós que pagamos isto, fazemos de um lado e pagamos e portanto temos que definir um nível de serviço bom mas que também sejamos capazes de o pagar, e genericamente é isto, as perguntas que colocam são muito pertinentes, a resposta às vezes alongo-me porque a resposta não é fácil, não é direta". ----------

▶ **FILIPA MARTINS** usou da palavra e disse: "mais uma vez na sequência do que disse a deputada Ester, tem a ver com os resíduos de origem vegetal nomeadamente tudo aquilo das limpezas que são feitas pelos municípios, jardins, espaços edificados urbanos, por assim dizer, esse material acaba por ir todo para os caixotes verdes, depois o camião transporta para a empresa, para a sede, para a unidade de tratamento, não haverá possibilidade da empresa desenvolver e descentralizar esse serviço nas sedes concelhias dos municípios que integram a empresa e desenvolver projetos, como por exemplo um horto municipal, para além do cultivo e da produção de espécies, que depois plantas, flores, árvores que podem ser utilizadas para a florestação de áreas que sejam pertença do município, jardinagem de espaços, as vilas e algumas aldeias também, penso que isso iria facilitar um pouco a tarefa, para já poupava-se o transporte até à sede da empresa onde será depois tratado todo esse resíduo e poder-se-iam também criar postos de trabalho e contratar os tais técnicos, o IPB em Bragança tem o curso de engenharia do ambiente e território e há alguns licenciados que fazem o estágio da sua licenciatura precisamente em hortos municipais em cidades do litoral, precisamente na área da compostagem e poderia ser uma mais-valia para cada um dos municípios poder tratar esses próprios resíduos e depois dar utilidade ao composto final para os jardins e até distribuir pelas várias freguesias também num intuito de sensibilizar os munícipes e principalmente os agricultores a reproduzirem esse processo a uma escala mais caseira por assim dizer, não sei se isso será viável, se é um projeto que vocês têm em linha de conta ou se já foi estudado de alguma forma em termos de viabilidade financeira para a empresa". ----------

▶ **DR. PAULO PRAÇA** usou da palavra e disse: "mais uma vez uma pergunta muito pertinente, ora bem recolhas seletivas e questões de orgânicos, nós temos vindo a trabalhar com escolas, quer escolas do ensino superior, o politécnico de Bragança em projetos de compostagem, compostagem a nível doméstico e também com escolas, nomeadamente aqui também do município de Mogadouro, com pequenos compostores

como uma forma pedagógica e de demonstração, essa escala, digamos assim, mais comunitária de compostagem partilhada também já temos vindo a estudar e ela faz parte dos nossos objetivos de planos estratégicos, a verdade é que os fundos comunitários, os apoios para essas iniciativas, têm vindo a ser priorizados para outras áreas, quando abrirem avisos sobre essas matérias estamos em condições de poder apresentar projetos, até porque já fizemos, já agora fizemos um guia sobre reciclagem orgânica com validação cientifica do ensino superior, continuamos a fazer essa pedagogia com a escola porque hoje há aqui também um problema, esta é uma área muito regulamentada em que qualquer coisa que se vá fazer por mais voluntária que pareça e amiga do ambiente e bem-intencionada esbarramos sempre num problema, licenciamento, lembro-me de um olivicultor que nos foi pedir um apoio, aconselhamento e que queria fazer uma pequena unidade de compostagem, e disseram-lhe o senhor tem que fazer a instrução de um pedido de licenciamento simplificado e tem desde logo aqui uma taxa de ..., na altura era mil e quinhentos euros, ou seja não podemos fazer um compostor a essa escala sem o considerar como uma instalação, sem o licenciar, sem pedir aqueles pareceres todos à agência do ambiente, à RH, essas coisas todas, um ecocentro que nos parece uma infraestrutura simples..., ora bem, sobre a questão financeira, sobre o ponto de vista financeiro se alguém no ambiente puser os euros à frente não executa nada, as nossas candidaturas, os nossos projetos, vamos sempre esbarrar num problema, no anterior quadro chamavam-lhe (?), peço desculpa pelo palavrão em inglês, o que é que significa, os fundos comunitários financiam o défice, partem logo do principio que ninguém vai ganhar dinheiro com esse tipo de atividade, pode ganhar dinheiro com aquilo que fatura depois, mas nessa prespetiva qualquer projeto é desastroso, se me dissessem do ponto de vista financeiro vale a pena termos um sistema de recolha seletiva? Diria assim: não, porque todos os anos temos tido défice na questão do tarifário e no TNB vale a pena do ponto de vista financeiro? Também não. A questão é, como é que estaríamos se não fizéssemos isto? Estaríamos mal, estaríamos a viver duma solução aterro, que no passado foram financiados 85% e neste quadro e já no anterior igual, não há financiamentos, e também com um problema de fundo que se coloca em todas as áreas e que gera desafios à nossa região, que é: se nós não investirmos nos resíduos os carros vão começar a transportá-los também para o litoral, o acontece noutras áreas, fecharam escolas, os resíduos também chegávamos ao mesmo ponto, dizer carregue e ele segue viagem, em vez de fazer cem, duzentos, faz trezentos, ou faz quatrocentos e portanto temos que encontrar esse equilíbrio, agora do ponto de vista ambiental, justifica-se e essa ideia da compostagem é uma ideia válida e que se espera que ainda neste quadro comecem a aparecer iniciativas, não vou dizer que se resolva tudo, mas começar a aparecer iniciativas de

compostagem a essa escala doméstica, comunitária". ----------
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "esgotadas as intervenções resta-me agradecer em nome da Assembleia Municipal ao senhor doutor Paulo Praça, a sua disponibilidade de vir aqui, penso que ficamos todos mais bem informados sobre a politica dos três R, é muito importante e dia a dia, hora a hora temos que melhorar os nossos procedimentos e naturalmente também como parceiros desta empresa queremos o bem da empresa e querendo o bem da empresa queremos o nosso próprio bem, agradeço-lhe uma vez mais a sua vinda aqui e oxalá que tudo corra bem e num futuro próximo há-de vir cá outra vez anunciar outras politicas de desenvolvimento nesta matéria". ----------
► **DR. PAULO PRAÇA** usou da palavra e disse: "eu é que agradeço a oportunidade, disponham sempre e espero voltar mais vezes, voltar sempre, seja nesta qualidade, ou seja noutra qualquer porque venho sempre com muito gosto a Mogadouro onde sempre fui muito bem acolhido, muito obrigado por tudo e que continue a contar com o vosso apoio". ----------
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "vamos passar ao ponto 1.5 ----------
----------1.5 ***Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico***.------
► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: "senhor Presidente começo por fazer um reparo/pedido, agora já era tempo de pôr ali o senhor Presidente da República. ----------
-------Já agora aproveito, se o senhor Presidente me permite, relembrar ao senhor Presidente da Câmara, ao Executivo, que acho que isso é da competência dele, que também já era tempo de atender a uma sugestão de pôr aqui nesta parede o retrato de alguém que foi na primeira metade do século passado membro deste Executivo, concretamente alguém da família do atual Presidente, Bernardino Albuquerque, não era senhor Presidente? Também já era altura, se estão os outros, por uma questão de respeito, estar também ele. ----------
-------Senhor Presidente, da leitura da correspondência expedida e recebida ressaltou-me uma carta endereçada pela Assembleia Municipal ao senhor ex-deputado José Maria Preto comunicando-lhe a perda de mandato, quando entrei nesta sala vi o Pedro Lopes que penso que virá ocupar o lugar dele, não é uma chegada de novo, é um regresso, que ele já esteve muitos anos nesta casa, desejo-lhe as maiores felicidades no exercício do seu mandato, agora não deixando de lamentar a falta do senhor deputado José Maria Preto porque com a clareza e português fluente das suas posições acho que dignificou esta Assembleia, lamento, espero que o seu substituto mereça também igual encómio quando participar nesta Assembleia. ----------
-------Felicitar o senhor Presidente da Assembleia por nos ter trazido aqui o senhor Diretor-geral da empresa intermunicipal, aliás é uma ideia

engraçada, não sei se foi inspirada no senhor Presidente da República que também convocou para o conselho de estado uma alta autoridade monetária, neste caso uma alta autoridade do lixo, mas em qualquer dos casos é sempre importante que venha alguém. ----------
-------Senhor Presidente, da ata da reunião do Executivo de 10 de maio ressaltaram-me dois ou três pontos, ou quatro ou cinco talvez, já nem sei quantos, que queria aqui escalpelizar rapidamente, em primeiro lugar gostaria de saber, que o senhor Presidente da Assembleia obtivesse junto da Câmara informação de qual o destino para as instalações do ex Banco Pinto & Sotto Mayor, dizer cheira mal não é figura de estilo, é que às vezes cheira mesmo mal dada a porcaria que lá é feita naquele átrio, também convida, é abrigado, está em bom sítio, mas enfim, às vezes é um nojo. Gostaria também de saber se a palavra cessão escrita na página 245 da ata dessa reunião de 10 de maio do Executivo está correta? No terceiro parágrafo, diz-se que foi feita a *cessão do contrato, mas que a candidatura está feita no quadro de apoio comunitário 2020*, eu pergunto se será cessão ou cessação, e essas letrinhas fazem toda a diferença; nessa mesma página é relatada uma conversa tida entre o senhor Vereador Evaristo Neves e alguém da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte, concretamente o senhor Engenheiro João Marrana e da redação quase no fim do parágrafo, ou melhor na segunda linha do parágrafo *relatando-lhe uma conversa que tivera com o Técnico da Comissão de Coordenação*, que tivera quem? Quem é que teve a conversa? O senhor Vereador Evaristo Neves, ou o senhor Vereador António Pimentel? Eu aqui não percebo, e a atribuição de um tempo verbal a um sujeito ou a outro fará toda a diferença para eu tentar compreender esta questão. Na mesma ata a páginas 255 faz-se uma alusão a população de etnia cigana a propósito de possíveis vandalismos e roubos a praticar por essa tal etnia cigana em determinado sítio, eu acho que essa coisa de etnia cigana, poderia ser etnia ariana, nórdica, árabe, diversas etnias, e faz-me lembrar aquele ditado velho, às vezes pagam os ciganos pelos aldeanos, não sei qual é o caso, mas em qualquer dos casos a alusão não é feliz. Finalmente logo no princípio na página 243 a posição dos membros do PSD no Executivo faz umas alusões e diz que a postura do senhor Presidente da Câmara *leva-nos forçosamente a desconfiar das razões* e citam a propósito um velho aforismo latino, depois transposto para a situação dos nossos dias, falando do comportamento da mulher do comandante Caio Júlio César, não era preciso recuar dois mil anos, isto passou-se ainda antes de Cristo nascer, eu se estivesse na reunião e fosse Presidente da Câmara responderia com um ditado bem português e bem transmontano: *quem é desconfiado, não é fiel*". ----------
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "antes de dar a palavra ao Deputado José Branco, de facto eu queria pedir desculpa à Assembleia pelo facto de ter omitido aqui a chegada no novo membro

Pedro Lopes, talvez mais preocupado com a intervenção do Dr. Paulo Praça, podia ter posto aqui um registo, mas dizer-vos que na sequência da comunicação que eu enviei por escrito, infelizmente o doutor José Maria Preto perdeu o mandato por faltas, faltas injustificadas e procedemos de acordo com o regimento, comunicámos e convidámos a apresentar-se o membro na lista de procedentes e desta deliberação daremos agora também conhecimento ao Ministério Público que é isso que a Lei nos diz, portanto as minhas desculpas por ter omitido aqui a vinda do Pedro, a quem desejo no tempo que falta um trabalho profícuo e um sentido de responsabilidade que ele tem, a que está habituado enquanto Presidente de Junta durante três mandatos, perfeitamente conhecedor desta casa e a quem desejo portanto um bom trabalho". ----------

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: "eu venho aqui reforçar uma situação, quando recebi a comunicação para esta Assembleia e li as atas da Câmara surpreendeu-me uma situação, ou o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vice-presidente se entendem naquilo que dizem, ou alguém está a mentir aqui à Assembleia, reparem, eu na última Assembleia Municipal perguntei ao senhor Presidente da Câmara que tipo de obra andavam a giratória e o trator a fazer no Juncal, a abrir a vala e isso tudo, o senhor Presidente respondeu nessa mesma Assembleia que andariam a fazer as infraestruturas na ribeira do Juncal, devia referir-se aos saneamentos que era para o Centro Interpretativo do Mundo Rural, que era pertencente à Câmara Municipal. Qual é o meu espanto que na reunião de 22 de março da Câmara Municipal também foi colocada essa questão, o senhor Vereador Evaristo Neves responde assim ao Executivo: respondendo afirmativamente que a máquina giratória e o trator estão a proceder ao prolongamento da rede de águas e saneamentos que irão servir as moradias existentes naquela zona. Senhor Presidente quem é que está a dizer a verdade? As águas e saneamentos foram para o Centro Interpretativo ou para as moradias que estão ali a ser construídas? Há qualquer coisa que não bate certo e se bem se lembram eu pedi aqui na última Assembleia o parecer da técnica, da arquiteta, sobre o licenciamento dessas duas ou três urbanizações que foram licenciadas sendo os responsáveis por essas infraestruturas os seus proprietários, há qualquer coisa que não bate certo. -------Senhor Presidente gostaríamos que nos informasse hoje aqui quando vai acabar ou se já acabou o contrato de prestação de serviços do senhor Altino Aleixo e que tipo de trabalho ele efetuou até ao momento? Se bem se lembram senhores deputados, senhor Presidente e senhores Vereadores, ele na sua última intervenção aquando ainda membro deste órgão disse aqui que tinha em mãos um grande projeto de investimento para a agricultura, que nem o senhor Presidente sabia ainda dessa situação. Onde está esse projeto? Ou seria a renovação do seu contrato por mais um ano? Deixo aqui a questão. ----------

-------Senhor Presidente aquando da inauguração no 25 de abril das placas referentes às freguesias uma coisa que me espantou e vi, não foi uma nem foram duas placas que estavam com falta de nomes de locais, mas algumas já foram retificadas, a única que não foi retificada ainda foi a da união de freguesias de Mogadouro, Valverde, Vilar do Rei e Vale Porco, porque falta lá uma anexa de uma antiga freguesia que é a Roca, se puseram lá Souto e Santo André acho que Roca também merece estar lá identificada. --
-------Senhor Presidente relativamente ao apoio à criação do emprego gostaria que nos informasse quantas empresas já beneficiaram desse apoio e quantos postos de trabalho já foram criados e se fosse possível que nos facultasse ainda hoje ou na próxima Assembleia uma listagem das empresas que beneficiaram, mas senhor Presidente é para entregar os documentos senão temos que ir para outro meio, temos que entregar no Ministério Público, ou no tribunal, esses pedidos, todos os pedidos que são feitos aqui pela bancada do PSD, nenhum documento foi entregue, tem falta de pessoal no seu Executivo para dar esses documentos, ou é má vontade sua? ----------
-------Senhor Presidente também agradecíamos que revisse os poderes que delegou no senhor Vice-presidente Evaristo Neves, porque nos chegou ao conhecimento que anda por aí a amedrontar pessoas ligadas às juntas do PSD para que se quiserem alguma coisa para as juntas ou para eles próprios têm que integrar as listas do PS no próximo ano. Senhor Presidente o PSD de Mogadouro vem aqui hoje reprovar esta situação do senhor vice-presidente porque julgamos que eticamente está a entrar por uma política reprovável porque está a usar o poder para benefício do partido". ----------
▶ **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: "um pouco na senda do que foi dito até pelo meu antecessor, vou começar por lhes ler uma das alíneas, a alínea a) do artigo 3º do nº3 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro e que diz o seguinte: *compete ainda à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal.* Diz-nos o artigo 16 do mesmo regimento no seu nº1, alínea d) e e), na alínea d) *são poderes dos membros fazer requerimentos* e na alínea e) *solicitar à Câmara Municipal por intermédio do Presidente da Assembleia as informações e esclarecimentos que entendam necessários,* pois eu tenho passado as últimas, aliás eu nem sei porque é que venho aqui sinceramente, eu tenho passado as últimas sessões a pedir informação ao senhor Presidente, o senhor Presidente nunca, nunca nos deu nenhum tipo de informação, eu requeri no âmbito das minhas intervenções, agora vou mudar a forma e vou fazê-lo por escrito e desta forma o publicito no uso dos poderes como membro da Assembleia Municipal, que nos sejam disponibilizados todos os documentos referentes aos concursos públicos e ajustes diretos realizados pelo atual Executivo desde o inicio do mandato até à data, para além disso deixo um repto à bancada do PS para que se

pronuncie em relação a isto, a verdade é que eu tenho vindo a pedir nunca me foi dado, democracia não é só usar um cravo na lapela e num dia nomeado mandar um discurso, democracia é isto, é sujeitarem o poder Executivo ao crivo das Assembleias, coisa que este Executivo não tem feito, este Executivo no âmbito das reuniões de Câmara não tem disponibilizado aos membros eleitos, também aos Vereadores do PSD nenhuma informação, esvaziou legalmente é certo, mas esvaziou de conteúdo as reuniões do Executivo e em relação à Assembleia Municipal tem este tipo de comportamento, os membros das Assembleias pedem e o Executivo faz orelhas moucas, portanto fica o requerimento do pedido de informações e da documentação por escrito e garanto-lhes e garanto ao senhor Presidente de Câmara que senão forem disponibilizados serão pedidos através do tribunal administrativo e fiscal de Mirandela, era bom que evitássemos sujeitar o nosso concelho a esta vergonha, mas eu garanto-lhes que o faço e volto a reiterar, em relação ao facto do Executivo não disponibilizar a informação volto a reiterar o pedido feito à bancada do PS para que se manifeste em relação a isto. ----------

-------Mudando de assunto setenta e quatro mil e novecentos euros depois, pelos vistos a coisa continua mal, fiquei com uma dúvida em relação ao tal processo da III fase da zona industrial, fala-se muito do interessado Caldeira, portanto nessa sequência também, fica também por escrito um pedido dirigido ao senhor Presidente da Assembleia que há-de fazer o favor de o reencaminhar para o Executivo no sentido de nos ser disponibilizado a todos, membros da Assembleia Municipal, a nota de honorários emitida pela sociedade de advogados Abcasis, Azoia, Moura Marques e Associados fruto da prestação de assessoria jurídica ao Município de Mogadouro, no âmbito de todos os processos jurídicos e outros relacionados com o loteamento industrial de Mogadouro III fase, se tiveram a amabilidade de nos transmitirem esses elementos é no uso das nossas competências, não estamos a abusar delas. ----------

-------Agora de uma forma mais relaxada um pouco e na sequência da intervenção do meu colega de bancada e das atividades do senhor Altino Aleixo faz-me lembrar a antiga União Soviética, tiveram uma espécie de entendido nas agriculturas que se chamava (?), mas o senhor é capaz de saber esse nome, foi um homem que quis criar e só destruiu, ainda bem, que aqui no concelho não se tem poderes para tanto, tanto se promete, tanto se promete que se faz e ao fim ao cabo a montanha pariu um rato. ----------

-------Reportando-nos de seguida ao monumento às freguesias que já ouvi apelidar de cemitério de freguesias, esta obra tem um condão, foi pensada, projetada e executada em tempo recorde, eu não sei é se tiveram em conta, aquela zona é usada por crianças, as questões de estética não se discutem, cada um gosta ou não gosta, nem é aqui sindicável de forma nenhuma, e nem é isso que eu vou sindicar, quem gosta, gosta, quem não gosta, não

gosta, eu tenho que olhar para aquilo todos os dias, mas tiveram em conta pergunto eu, é certo que ali brincam crianças, aquilo tem uma arestas bastante pronunciadas e eventualmente alguma criança que ande ali a brincar, dá ali uma cabeçada, é capaz de lhe correr mal a coisa, espero que tenham isso em conta já que o espaços que na vila se vão tendo de lazer, isto provavelmente vale o que vale é a minha opinião pessoal, não tenho prorrogativas de ter maior ou melhor entendimento do que ninguém acerca de espaços públicos, mas o que é facto é que no bairro São Sebastião tiraram o espaço de lazer, criaram uma espécie de caixa de betão, aqui foi tirada aquela espiral que muita celeuma criou quando foi criada, é certo que as crianças usavam aquilo, hoje em dia se calhar torna-se perigoso andar por ali crianças. Por fim e em relação também a este monumento de facto é sintomático do respeito que as freguesias merecem para o Executivo, em pouco tempo faz-se, faz-se mal, é sintomático de facto do respeito que lhes merece as freguesias, duas pedras ao ar, se calhar as freguesias do concelho mereciam outro tipo de homenagem, quanto mais não fosse o respeito que lhes é devido. ----------

-------Depois acho que é do conhecimento de todos uma entrevista concedida pelo senhor Vice-presidente a um jornal, não sei se foi ao jornal Nordeste ou a outro jornal da região, não me recordo, vi a notícia e li a notícia mas não me recordo em qual dos jornais, li e apreendi, mas no auto elogio esquece-se o senhor Vice-presidente de dizer que as obras só foram interrompidas por culpa exclusiva do Executivo, as obras não foram interrompidas porque um qualquer fenómeno estranho aconteceu, aconteceu porque projetaram mal, aquilo foi interrompido porque se esqueceram que aquilo estava sob a reserva; depois também, esquece-se o senhor Vice-presidente de dizer na entrevista que perdeu o financiamento, se o recandidatam novamente a novo financiamento, isso vamos ver, mas o que tinha perdeu-o, mas esqueceu-se de dizer isso. Depois na senda da inauguração do monumento às freguesias que era o tal dia histórico para Mogadouro, Mogadouro há-de ter dias bem mais históricos do que esse, da história do Município há quem perceba mais do que eu, refere também que é a obra porventura, eu até tirei nota, a obra mais estruturante dos últimos vinte anos no concelho, aquilo não há-de ser propriamente a CRIL ou a CREL, mas pronto cada um diz aquilo que lhe encaixa nas medidas. ----------

------- Por último, numa das atas, penso que na ata 7 de 2016 na página 208 e avisadamente e ainda bem que o Município assim o fez, a uma qualquer associação criada no Município, penso que é a Associação de Jovens Ativos Mogadourenses, disponibiliza um financiamento de mil euros condicionado a 2ª prestação e avisadamente e ainda bem que assim o fizeram de ACEITTA`s estamos fartos, a 2ª tranche seria em setembro deste ano e condicionada à apresentação de um relatório das atividades desenvolvidas no período inicial que receberam uma verba de quinhentos

euros, eu também peço ao senhor Presidente de Câmara que nos indique, se sabe, claro, quais as atividades da associação, se foram cumpridas e se eventualmente terão direito? E se o cumpriram terão direito seguramente a nova tranche". ----------

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: " eu tinha previsto fazer aqui uma intervenção com alguns pontos, mas o meu antecessor tocou aqui noutro aspeto que eu também tinha tomado aqui algumas notas e se calhar começaria por aí. ----------

-------25 de abril, homenagem às freguesias, como ele disse e muito bem, apenas para reforçar que as freguesias homenageiam-se dando-lhe a devida importância que elas devem ter que é coisa que este Executivo não tem feito, pelo menos em três anos que leva de mandato, não é com umas simples chapas enferrujadas colocadas num arranjo urbanístico que tão criticado foi pelo PS quando foi feito, até lhe atribuíam um nome muito feio que eu agora não digo aqui, mas não é assim que se homenageiam as freguesias, é dando-lhe a devida importância, eu até compreendo que de facto no discurso que ali fez o senhor Vice-presidente que tivesse uma visão, como ele disse, que aquilo representava, que era Mogadouro lá no alto em primeiro plano e depois em segundo plano as freguesias, de facto é essa a visão deste Executivo, primeiro Mogadouro, é a cabeça, depois em segundo, terceiro, quarto, ou quinto plano as freguesias também por critérios que eles lá sabem definir, que eu não entendo, mas que não é assim, não é assim, e também há outro aspeto que não lhe ficou nada bem, é que dizer ali que nunca ninguém antes se lembrou de homenagear as freguesias, as freguesias foram sempre, penso eu, homenageadas pelo trabalho que os Executivos lá foram fazendo, isso não lhe ficou bem, não nos cingimos apenas a Executivos do PSD, eu recordo-me pelo menos dois Executivos do PS que também se trabalhou muito nas freguesias, é de reconhecer também esse trabalho, também foram homenageadas as freguesias nessa altura, isso sim era homenagear as freguesias, não era simplesmente por ali uma chapa enferrujada com uns nomes, num sítio que até é perigoso, pouco estético, na minha ótica não resolve nada, mas depois nessa homenagem dizer que nunca se fez nada antes, como também já noutras situações que é recorrente do senhor Vice-presidente, como por exemplo no teatro, nunca se fez, nunca ninguém antes se lembrou de levar teatro às pessoas, de dar cultura às pessoas, já muito se fez no passado, mais a prol da cultura do que se faz hoje em Mogadouro, e se hoje se faz alguma coisa pela cultura, ou se faz muito pela cultura é porque há um investimento que já vem de trás, que alguém o fez, que é para poder ter gaiteiros, que é para poder ter escolas de dança, escolas de música, escolas de artes, esse trabalho todo que alguém fez que hoje possibilita fazer as festas porque o investimento para trás está feito, como por exemplo o Moga Fashion, também nunca ninguém se lembrou de fazer nada antes, foi um

evento de uma associação, que correu muito bem, gostei muito de ver, da ACISM, apoiada pela Câmara certamente, também já no passado a ACISM foi apoiada e outras associações da vila, apoiadas pelo Executivo para poderem fazer essas atividades. De facto isto senhor Vice-presidente, não me leve a mal, mas começo a pensar que o senhor começa a ver os mogadourenses como o José Cid via os transmontanos. ----------

-------Indo aos pontos que me interessam, caminho de Lamoso, um assunto que eu já levantei aqui na anterior Assembleia, a interrupção de uma linha de água, num terreno, num caminho em Lamoso, o senhor Vice-presidente respondeu aqui na altura que tinha mandado lá a máquina para repor uma situação, eu soube depois por outras vias que de facto a máquina tinha lá ido para abrir uma vala dentro do terreno de um senhor para desviar a água pela propriedade, como ali a beira do terreno era rocha a solução foi mesmo cortar a água no caminho e pôr a água a correr pelo caminho, como disse aqui na altura o Dr. Antero Neto e muito bem, é uma ilegalidade, mas isso também já é recorrente porque o senhor vice-presidente já não é a primeira vez que usurpa as competências dos Presidentes de Junta, pelo menos as minhas, isso já não foi novidade para mim, o que é grave é que mandou lá a máquina se calhar a fazer sem saber muito bem o quê e eu hoje vou-lhe provar que a máquina foi lá cortar uma linha de água, com as forças da natureza não se brinca, não se cortam linhas de águas, as pessoas de Lamoso sempre disseram que a água correu sempre por aquela propriedade, portanto a situação não foi reposta, esteve assim sempre, eu pergunto-lhe, então porque não mandou lá há mais anos atrás, ou há mais tempo a repor essa situação, se sempre assim esteve? Mas pronto, eu vou apelar ao bom senso do senhor Presidente da Câmara, que eu sei que ele tem bom senso, que analise este ponto, eu vou-lhe fornecer esta planta e sem pressões, sem ultimatos, quando der e se quiser, que mande, não é repor, porque pelos vistos o senhor Vice-presidente é que mandou repor, seria resolver a situação que lá está criada, e perante isso senhor Presidente tome as medidas que entender convenientes. ----------

-------Outro apelo que eu queria deixar aqui à Câmara, estamos num ano que se avizinha complicado em termos de incêndios, há muito mato, muita erva seca que se está a criar por aí, há terrenos dentro das zonas urbanas que são autênticos perigos, já fui abordado por várias pessoas em relação a isso, eu penso que existe a proteção civil para isso mesmo, acho que se devia por a proteção civil mais ao serviço das pessoas, mais ao serviço dos Presidentes de Junta, fazer um levantamento, por pessoal no terreno, averiguar as zonas que estão complicadas, eu pelo menos da parte que me toca estou disponível para colaborar, para identificar os proprietários dos terrenos, notificá-los que façam as limpezas ou então tomar outros tipos de medidas. ----------

-------Outro assunto, espaços públicos, propriedade da Câmara,

recentemente estive lá em baixo no parque do Juncal, não gostei mesmo nada do que vi, aquilo parecia um parque abandonado, no início do mês de junho, completamente, erva muito alta, mais do que nalguns lameiros nos arredores da vila, muito mal tratado, tinha o aspeto de um parque abandonado. ----------

-------Há outra situação, à entrada da minha aldeia junto aos reservatórios de água, aquele espaço é público, foi comprado pela anterior Câmara, mandou plantar lá umas árvore, estão lá plantadas, algumas entretanto já secaram porque desde que esta Câmara tomou posse nunca mais ninguém olhou para aquilo, podia-se fazer ali uma zona bonita ou pelo menos não deixar secar as árvores que lá estão plantadas, que é uma vergonha, e eu com isto digo: ainda bem que a Junta assumiu a gestão da zona envolvente do pavilhão porque hoje começo a temer que se assim não fosse, que está um espaço bonito e bem cuidado, se calhar estava como os outros espaços que estão a cargo da Câmara. ----------

-------Outro assunto já recorrente que aqui tenho trazido, continuarei a trazer pelos vistos, rede de águas de Bemposta, senhor Presidente o que é que se passa? Já li umas atas que o concurso foi, não foi, há novo concurso, foi cancelado, foi anulado? Eu lembro-me de ter dito no início deste mandato que esta obra a ser feita nunca iria antes de 2017, se eu acertasse tão bem no euro milhões, estava bem. Puro eleitoralismo, não me digam que não, porque de facto já é outra situação a que estamos habituados, é mais uma obra, é mais uma trabalhada, ao fim de três anos de mandato já era altura desta Câmara ter pelo menos uma saída limpa de um processo de obras, coisa que não vemos. Agradecia que me desse explicações do que é que se passa com a rede de águas? O que é que se está a passar? " ----------

▶ **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: "foi suscitada aqui a pronúncia da bancada do PS sobre o pedido de um membro Daniel Salgado sobre os processos de concurso que teriam feito o pedido e que ninguém lhes teria respondido, fez o pedido e ninguém lhe respondeu, eu no entendimento que tenho destas coisas acho que a Câmara deve responder a estes pedidos, no entanto também devo dizer que o pedido conforme me pareceu que foi feito numa globalidade de todos os processos, compreenda que não é fácil, no meu entender, a Câmara o dirá, responder a tudo de uma vez e também não sei se haverá logo razão para pedir tudo, se calhar pontualmente já teriam respondido, a todos de uma vez não me parece que seja fácil responder, até porque os serviços têm o pessoal que têm para responder àquilo que é o quotidiano e para um caso destes penso que seria preciso muito mais, mas a Câmara há-de responder nesse sentido, se for possível". ----------

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: "começaria por o famoso acórdão que o público presente, representante de uma firma que está em litígio com a Câmara veio aqui trazer, para além da insinuação que

fez, que é muito grave e há-de ter que o provar depois nos lugares próprios, em relação àquela palavra que está gravada que nós teremos oportunidade depois de pedir certidão quando a ata for aprovada, mas posso-vos dizer exatamente, eu também já tinha dado conhecimento na terça-feira ao Executivo, também transmitirei exatamente aquela que é a posição neste momento dos advogados, *O Presidente da Assembleia disse: terá que comunicar à Assembleia para eu depois comunicar a todos os membros,* é um esclarecimento à Assembleia mesmo, eu depois do resto, os outros iremos tratar de acordo com aquilo que é nossa obrigação e de acordo com a Lei. De facto no dia 16 com conhecimento dia 21 deste mês o Supremo Tribunal Administrativo pronunciou-se sobre a revisão, a uniformização da jurisprudência ao recurso que nós tínhamos apresentado e tão só se pronunciou sobre isso, ou seja não houve mais nada que não entendeu, a sentença a que tinha sido pronunciada houvesse já uma outra sentença que efetivamente contrariasse aquela, e foi só isto, aliás ele termina com o seguinte: declarar não verificada a alegada contradição do julgamento e em consciência julga assim. Efetivamente não sou jurista senhor Presidente, eu só posso colocar aqui aquilo que nos foi transmitido e aquilo que eu lhe vou transmitir é exatamente o que está aqui, escrito não por mim, mas assumo, não há problema nenhum: através do enunciado acórdão o supremo considerou não se encontrarem verificados preenchidos os pressupostos de que depende a admissão do recurso uniformização de jurisprudência pressuposto da necessária existência de contradição entre acórdãos, esta é a decisão que não se pronuncia sobre o (?) da questão mas tão só que entende não estar verificado um pressuposto processual ou posição de acórdãos para que haja lugar à admissão e conhecimento excecional recurso de uniformização de jurisprudência, todavia o acórdão ora proferido pelo supremo assume relevância para os efeitos pretendidos na medida em que considera que a Jaime Nogueira & Filhos assim como os demais concorrentes em posição não adjudicatória não classificados em primeiro lugar não têm direito à adjudicação o que revela na medida em que dessa forma a Jaime Nogueira não tem direito em sede de execução a pedir a condenação do Município de Mogadouro no pagamento da quantia que (?) e que é equivalente ao lucro que teria com a execução do contrato. Desta forma e pese embora não ter sido revertida a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela através deste meio conseguiram-se duas pronuncias judiciais do Tribunal Central e Administrativo do Norte e do Supremo Tribunal Administrativo no sentido de nenhum dos demais concorrentes do concurso ter direito à adjudicação já que o que foi pedido nesta ação foi apenas a anulação do concurso público, nestes termos a Jaime Nogueira continua a não ter direito à adjudicação seja porque ficou classificada em sexto lugar no concurso, seja porque o tribunal não determinou a existência desse direito, seja porque a

ilegalidade é uma ilegalidade dos documentos concursais e não do ato da adjudicação, o que significa que se encontra prejudicado o seu direito à indemnização. Esperemos agora que o resto siga de acordo com aquilo que os nossos advogados vão fazer. ----------
-------Relativamente às questões que aqui nos foram colocadas, eu vou ser muito rápido, senhor Presidente da Assembleia, dizer só que a fotografia do atual senhor Presidente da República ainda não foi remetida, o que lamentamos, de facto ele também tem andado um bocado atrapalhado e portanto já devia estar cá de facto, mas enquanto não vier manteremos que é aquilo que diz a ética, não podemos tirar enquanto não vier a outra. -------
-------Falou aqui no destino do BPSM, este ano estão a decorrer as férias de verão, as férias desportivas, as férias em movimento, temos estado exatamente com a concentração de todos os jovens aqui no BPSM, optámos por este ano dar um bocadinho de vida, sendo certo que lhe posso adiantar e que estamos a fazer um estudo de um projeto para criar a casa da gaita e do gaiteiro aqui em Mogadouro nesse espaço que nos parece nobre atendendo ao local ser no centro da vila e no centro histórico. ----------
-------Responder agora ao senhor José Branco sobre a questão que levantou em relação à vala do Juncal, eu disse e reafirmo que aquilo que nós ali fizemos foi água e saneamento para o Centro, as casas que neste momento estão construídas têm condicionantes que estão no projeto, aquelas que vierem a construir se quiserem depois, eu já percebi o que está a dizer aí, mas efetivamente o que está ali feito é para isso, nem se compreendia outra coisa porque as casas que ali foram construídas foram construídas debaixo daquelas condicionantes. ----------
-------O monumento às freguesias, isto é um problema que foi levantado aqui por vários, o sítio se é ou não é, foi aquele local que nós entendemos que seria, sendo certo que havia ali alguns lapsos que estão a ser retificados à medida que é possível, aqui foi levantada esta questão da Roca, eu por acaso não sabia se tinha lá a Roca ou não, não custa nada também fazermos essa retificação dessa placa da freguesia de Mogadouro, mas elas estão a ser retificadas, ainda agora penso que faltam lá duas que é Vilarinho dos Galegos, penso que já foi retirada também para ser retificada, elas vão sendo retificadas de acordo com a disponibilidade também do empreiteiro.
-------As empresas que já foram apoiadas em Mogadouro, nós temos já cerca de trinta empregos, já passa dos trinta empregos criados em Mogadouro, poderemos pedir à contabilidade que nos envie depois o documento, aliás os documentos que têm vindo a ser solicitados, irá ser enviada depois uma listagem com aquelas que foram já neste momento apoiadas até à presente data, já que nesta última reunião também apoiamos mais três, a criação de mais três empregos, estou a falar no dia 27, na terça-feira, mas já há mais de trinta postos de trabalho neste momento apoiados pelo Município. ----------

-------O senhor Dr. Daniel levantou aqui algumas questões e respondo-lhe que de facto no passado dia 18 de dezembro do ano anterior o senhor doutor pediu aqui a documentação referente aos concursos públicos, é um facto, se ainda não lhe foi entregue irá ser feito, não se preocupe mas eu tenho uma coisa boa, eu guardo sempre tudo e até está a vermelho, entregar sem falta como foi documento pedido também pelo Zé Branco, foi no mesmo dia, senão lhe foram entregues, diligenciarei perante os serviços para que o mais rápido possível façam a entrega desses documentos e dos que hoje também solicitou, sem problema nenhum. ----------
-------Em relação à prestação de serviços do Eng.º Altino ele neste momento ainda há poucos dias fez a apresentação de um programa empreendedor, está com o balcão do empreendedor, foi feita a apresentação aqui em Mogadouro com a EDP e está ele neste momento a receber e a ajudar as candidaturas desse programa. ----------
-------O monumento, a entrevista, já que foi aqui também frisado o nome do Vice-presidente nalgumas, pedia ao senhor Presidente se não se importar se ele pretender esclarecer aqui algumas questões. ----------
-------Responder só àquela questão que levantou AJAM, já que era uma associação criada recentemente nós condicionamos a 2ª tranche à apresentação das atividades no 1º semestre do ano e só depois da apresentação irá novamente ao Executivo e se nós entendermos é que disponibilizaremos ou não a 2ª tranche, é assim a nossa maneira de estar e isto é por unanimidade, nós nesta questão entendemos que já que o Plano de Atividades era um Plano novo, era uma associação criada recente ficou sempre condicionada esta 2ª tranche após a apresentação das atividades realizadas no primeiro semestre do ano. ----------
-------Passando ao senhor Presidente António Martins, relativamente ao monumento das freguesias é a homenagem que nós entendemos prestar por bem, já foram prestadas outras homenagens, esta pelo menos está visível a toda a gente, se o lugar foi, ou se não foi o melhor, eu entendo, mas não é uma chapa qualquer, é uma chapa de aço corten que se usa muito e que os nossos arquitetos hoje em dia utilizam muito, e muito se tem feito pela cultura, eu não estou a dizer que não foi feito nada até aqui, nunca disse isso, mas há-de reparar que a cultura em Mogadouro tem tido, claro que é sempre parte do andamento que já vinha anteriormente, dos anos todos, desde que o 25 de abril existe, e penso que antes também se fazia alguma coisa pela cultura, agora que tem sido muito mais feito, tem, e a prová-lo estão muitas coisas que têm sido metidas no terreno e o senhor não vai levar a mal, mas temos que perceber que em três anos já se fez muito por a cultura, muita divulgação e muito desenvolvimento tem acontecido. --------
-------Quanto ao caminho de Lamoso, irei ver essa situação. ----------
-------Os incêndios, como sabe, foi feito um levantamento pela GNR e pelo CEP juntamente com a proteção civil, foram identificados todos os terrenos

que estão de baldio, digamos, abandonados, nas zonas urbanas, foram notificados alguns, nós já levantámos autos de contraordenação, mas irei ter mais cuidado com algum caso que nos queira fazer chegar, se não se importar diga-nos o próprio sítio que é já que atendendo às condições atmosféricas deste ano se prever uma época difícil para os bombeiros e não só, para nós também, como responsáveis pela proteção civil do concelho. ----------O espaço público do Juncal, o Juncal de facto, o tempo também não ajudou muito à limpeza daquela área, neste momento ela está muito mais limpa, o tempo já ajudou sendo certo que aquele aspeto mau que dá a própria ribeira, deve-se ao facto da Agência Portuguesa do Ambiente ter exigido aqueles taludes quando foi do projeto e não ter deixado que o projeto fosse feito com pedra no leito da ribeira e isso traz consequências que é aquela erva muito maior que está lá, de resto a relva é tratada devidamente e o Juncal foi objeto agora de concurso da futura porta da Rota da Terra Fria e também do bar que lá existe, penso que está em fase final de adjudicação e portanto iremos dar um bocadinho mais de vida àquela zona, porque tem muita gente a frequentá-la diariamente. ----------A rede de águas de Bemposta, eu tenho que esclarecer o senhor precisamente porque houve aqui um problema aquando do concurso, os serviços ao carregarem o caderno de encargos por lapso carregaram Peredo de Bemposta na de Bemposta e tivemos que fazer a anulação do concurso reduzindo também no novo concurso o prazo para trezentos dias, ou seja retirámos o tempo que essa obra tinha e sendo que lhe posso dizer que na terça-feira fizemos a adjudicação já final da obra à empresa que ganhou, neste caso penso que é o Manuel Joaquim Caldeira que irá fazer essas obras de Peredo e de Bemposta, portanto está em fase final de adjudicação, já que não houve nenhuma reclamação" ----------

▶ **EVARISTO NEVES** usou da palavra e disse: "vou responder a três questões que o senhor deputado Daniel levantou, as outras penso que terão sido respondidas pelo senhor Presidente e a primeira diz: *houve falta de respeito pelas freguesias, ou as freguesias mereciam outro tipo de homenagem*, bem sendo eu oriundo de uma freguesia, com muito orgulho, é certo que merecem todo tipo de homenagem, mas há uma coisa que é certa é que pela primeira vez foi feito um monumento às freguesias, goste-se ou não se goste isso é outra questão, há certos monumentos que aqui estão que se calhar eu também não gosto de alguns, mas isso é uma opinião pessoal e eu respeito enquanto tal, mas cinge-se a isso, a uma opinião pessoal, o que é um facto e que fica para a posteridade é que este Executivo mandou executar um monumento a todas as freguesias do concelho, isso é que interessa, agora se gostam ou não gostam, isso pouco interessa, ainda a propósito deste monumento disse que é um sítio onde as crianças brincam, é verdade, aliás, eu até fico muito satisfeito por ver o senhor deputado preocupado com as crianças, fico muito satisfeito, é um bom sinal, mas as

crianças podem lá brincar na mesma, eu devo-lhe dizer que aquelas placas foram aprovadas pela senhora arquiteta que deu o parecer favorável, portanto uma vez mais será uma questão de gostar ou não gostar. ----------
-------No que toca à entrevista por causa do levantamento da suspensão da variante, é verdade, é uma boa notícia para todos os mogadourenses e é verdade, senão é, é das mais estruturantes nos últimos vinte anos, também é verdade, ou tem dúvidas que essa obra vai alavancar a Zona Industrial? É que eu não tenho dúvidas nenhumas. ----------
-------E por fim, e aí concordo consigo quando disse: *efetivamente pode haver alguém que perceba mais do assunto do que eu*, é verdade, há quem perceba mais do assunto do que o senhor, isso é verdade". ----------
► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: "vou começar por responder, não entro em tricas, ao senhor Vice-presidente, tem que se acalmar, não andamos aqui para nos matar uns aos outros. ----------
-------Senhor Presidente de Câmara eu simplesmente vou ler aqui parte da sentença porque quer se queira, quer não, os escritórios e os advogados ainda não botam sentenças e diz o aresto em causa Manuel Joaquim Caldeia Lda. uma das oponentes, veio interpor recurso de revisão, o recurso pertencia a norte, revogou a sentença do TAF de Mirandela e aí deu-lhes razão com o seu provimento declarando nulo todo o processado daquela ação a partir da petição inicial, todavia a Jaime Nogueira & Filhos Lda. autora na ação de contencioso pré contratual não se conformou com essa decisão como tal interpôs recurso de revista e este supremo por acórdão de 12/11/2015 revogou o acórdão do TCAN e julgou improcedente o recurso de revisão, é deste acórdão do STA que veio recurso para uniformização de jurisprudência, intentado pelo Manuel Joaquim Caldeira e que a Câmara Municipal de Mogadouro (?) e que na decisão diz o seguinte: termos em que os Juízes do Pleno da secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo acordam em declarar não verificada a alegada contradição de julgamentos e, em consequência, julgar findo o recurso, não o aceitando. Em relação à execução (?) não conheço bem o processo, mas abre-se um processo autónomo penso que uma continua a correr lá por bandas de Mirandela e esperemos a bem de todos que o Município não seja condenado a pagar nada a ninguém, a situação de facto é esta, a sentença é esta". ----------
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "vamos entrar no ponto 2. ----------
-------2. **PERIODO DA ORDEM DO DIA:** ----------
----------2.1 ***Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.***----------
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "não

havendo intervenções passamos ao ponto 2.2. ----------
----------2.2 ***Pedido de classificação do arqueossítio " Castelo dos Mouros" de Vilarinho dos Galegos na qualidade de imóvel de interesse municipal, categoria monumento – Análise e deliberação.*** ----------
► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: "o que nós vos trazemos aqui, dada a importância do imóvel que está em causa neste caso Castro de Vilarinho dos Galegos, nós já aprovámos em Executivo de propor a declaração de interesse municipal desta obra, uma obra que como sabem é um património do concelho de Mogadouro com uma cultura de há muitos anos e portanto o que nós gostaríamos era de salvaguardar esta obra para podermos também depois dela ser considerada de interesse municipal poder também ser candidatada a fundos comunitários sendo certo que é um espólio que tem sido encontrado nos castros que é de extrema importância para o concelho de Mogadouro e é isso que no fundo dos documentos que vos foram enviados, eu não fiz grande resumo sobre isto, o próprio arqueólogo na memória justificativa justifica o que se pretende e portanto o que deixamos à vossa consideração é que aprovem este imóvel que já está em consulta por publicação no diário da república do edital 540/2016 desde o dia 29 de junho, está em consulta pública no prazo de 30 dias para que tenha objeto da legalidade ou inutilidade do mesmo". ----------
► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: "eu venho aqui fazer um pedido de retificação do nome de Ventozelo, porque na informação aparece Ventozelo de uma maneira, na certidão aparece Ventozelo de outra maneira, eu acho que deve haver uma uniformização do nome de uma só forma e não andar aqui com Ventozelo aos pontapés de uma maneira e aos pontapés da outra, e isto também fica o recado para a freguesia, que também já na última reunião eu adverti isso, o Presidente da Assembleia local umas vezes escreve de uma maneira, outras vezes escreve de outra e o Presidente da Junta faz o mesmo, portanto eu penso que a partir deste momento deve haver uma uniformização do nome de Ventozelo". ----------
► **ANTERO NETO** usou da palavra e disse: "pegando na questão que o Cândido aqui levantou eu não sei se não haverá ali uma questão de dupla grafia, de qualquer das formas eu aconselho a consulta da carta militar e será sempre essa a referência. ----------
-------Em relação à questão da classificação eu congratulo-me aqui com essa classificação. Ponho é a questão se não será possível e até desejável estender essa classificação a outros sítios de igual valia, estou-me a lembrar de puxar a brasa à minha sardinha para o caso de Bruçó e outros. Nessa matéria se algum dia a Câmara necessitar da minha colaboração, embora modesta que não sou arqueólogo, mas toda a gente sabe que eu tenho paixão pela arqueologia, estarei ao vosso dispor". ----------
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "esgotadas

as intervenções, vou colocar o ponto 2.2 à votação. ----------
-------O ponto foi aprovado por unanimidade. ----------
-------Passamos ao ponto 2.3----------
----------**2.3 *Informação sobre o "Manifesto" apresentado pela Senhora Vereadora da Educação, Joana da Silva, no Conselho Municipal de Educação - Análise e deliberação.***----------
▶ **JOANA SILVA** usou da palavra e disse: "o Manifesto penso que estará bem claro, manifesta realmente uma opinião de que situações diferentes devem ser tratadas distintamente e atendendo a que o despovoamento é uma realidade no nosso interior apelamos que esse despovoamento pelo menos seja considerado aquando por exemplo neste caso das constituições de turmas, que não podemos comparar onde há muitos alunos com um local onde há poucos alunos. Não sei se há alguma questão, mas penso que o Manifesto está bastante claro, foi aprovado por unanimidade no Executivo e que agora será posto à vossa consideração". ----------
▶ **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: "senhor Presidente, se me permite queria felicitar a senhora Vereadora em causa pela clareza do documento produzido, ninguém de boa-fé achará descabidas as considerações aqui feitas e tenho alguma esperança que a política educacional deste governo é um bocadinho mais niveladora do que tem sido até aqui está a procurar aplicar os recursos públicos exatamente no sítio onde eles fazem falta e deixar-se de rodriguinhos educacionais ou pseudo educacionais tentando beneficiar pessoas que não precisam embora haja ao lado outras que precisam, não vamos agora discutir aqui o assunto ensino privado vs ensino público ou o ensino privado concomitante com o ensino público, de qualquer dos casos do documento da senhora Vereadora ficou-me aqui uma dúvida, o documento diz o seguinte: *atendendo ao superior interesse das crianças e da qualidade educativa estamos certos que V. Exa se pronunciará a favor do nosso pedido pelo que aguardamos resposta*, ora eu penso que esta última frase suporá que há um pedido concreto, isto é: que seria proposto um critério para que fosse possível conseguir diminuir o conflito entre turmas, alunos e professores, harmonizar as três questões, não prejudicando em função dos critérios vigentes os alunos das zonas despovoadas, portanto se fosse possível e o senhor Presidente permitisse gostava que a senhora Vereadora, autora do documento me explicasse em concreto, concordando com todos os considerandos, em concreto qual é o pedido feito". ----------
▶ **JOANA SILVA** usou da palavra e disse: "claro que o que o Manifesto vem aqui fazer à Assembleia é que seja aprovado ou reprovado, isso sim, mas o pedido do Manifesto como dizia ali o doutor Ilídio, *atendendo ao superior interesse*, é que haja uma alteração ao decreto que salvo erro é o 5048B, ou seja no sentido de haver uma redução no número mínimo exigido de alunos para as turmas, porque por exemplo querer que aqui no

interior uma turma tenha os mesmos vinte mínimos que uma turma do litoral torna-se um bocadinho difícil quando nós estamos nesse processo de despovoamento infelizmente, ou seja o que nós queremos é uma alteração a esse decreto, que não está aqui espelhado, é isso?" ----------
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "vou colocar o ponto à votação.----------
-------Aprovado por unanimidade. ----------
-------Ponto 2.4 ----------
----------2.4 ***Informação sobre a proposta de delimitação – área de reabilitação urbana (ARU) da Vila de Mogadouro – Análise e deliberação.*** ----------
►**PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: "o documento que é apresentado diz respeito à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) na vila de Mogadouro e a definição das condições base que suportam a elaboração do Plano de Ação para a Regeneração Urbana, com base nos pressupostos e normativos estatuídos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU). Pretende-se assim, definir uma estratégia integrada de reabilitação para a vila de Mogadouro, que promova melhores condições urbanísticas e ambientais e que permita gerar um território com uma identidade reforçada, mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico, social e cultural. Partindo da referência que constitui o esforço até aqui desenvolvido pelo Município, o trabalho procede à identificação da área de intervenção e desenvolverá as condições para a realização da operação de reabilitação urbana, considerando as tendências de desenvolvimento e potenciando as oportunidades conferidas pela aplicação dos instrumentos associados ao período de programação do financiamento comunitário 2014-2020. Este documento tem por base um processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis, quer sejam nacionais, quer sejam internacionais, envolvendo os agentes locais e identificando as oportunidades de investimento na conceção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e uma carteira de projetos estruturantes. Sinteticamente, este trabalho vai permitir ao Município de Mogadouro dotar-se de um novo instrumento de natureza estratégica e operacional, que: ----------
-------Identifica e aproveita as oportunidades políticas, económicas e territoriais para o desenvolvimento sustentável e integrado do território de intervenção; define uma estratégia territorial e operacional para a área de intervenção, de médio-longo prazo, destinada a estimular a melhoria das condições socioeconómicas, urbanas e ambientais, produzir a reabilitação do território de intervenção e contribuir para uma maior afirmação da vila de Mogadouro; valoriza o caráter integrado das intervenções, procurando soluções coerentes que atuem de forma combinada nos diferentes planos de intervenção (urbanístico, socioeconómico, ambiental, cultural); integra uma

estratégia de proteção da natureza e de garantia da qualidade ambiental no território de intervenção; integra uma estratégia de localização, instalação e desenvolvimento das atividades económicas, que explora as articulações e complementaridades e compatibiliza o equilíbrio urbano e ambiental com a criação de oportunidades de emprego e a correta distribuição de usos e funções no território; estimula a partilha de recursos públicos e otimiza a sua aplicação, tendo por base uma estratégia comum; define com clareza um modelo de cooperação e as condições de articulação e de mobilização dos agentes públicos e privados; estabelece ainda um enquadramento prévio das condições de aplicação dos instrumentos regulamentares e fontes de financiamento associadas ao período de programação financeira 2014-2020. A conceção deste instrumento compreende o desenvolvimento dos seguintes aspetos fundamentais: identificação dos fatores críticos, objetivas e linhas estratégicas para a condução do processo; definição dos limites territoriais da Área de Reabilitação Urbana (ARU); caraterização do território e do seu enquadramento histórico, cultural, socioeconómico, ambiental e urbanístico; enquadramento do território de intervenção no contexto das políticas, programas, planos e projetos, locais, sub-regionais/regionais, nacionais e europeus; diagnóstico com identificação das oportunidades e riscos para o desenvolvimento do território de intervenção; elaboração de uma estratégia territorial e operacional, com uma visão de futuro e com a identificação dos projetos/ações, a sua caraterização detalhada, a sua territorialização, as articulações e interdependências, a estimativa de investimento, o planeamento físico previsional, o quadro de fontes de financiamento e a indicação dos agentes envolvidos; definição do quadro institucional de envolvimento de atores públicos e privados na implementação do plano de ação para reabilitação urbana; proposta de modelos de implementação de projetos/ações, articulados com os novos instrumentos regulamentares da política de coesão. As definições e os procedimentos deste documento encontram-se enquadrados no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º32/2012, de 14 de agosto. De acordo com o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) é definida como sendo a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, os equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana. Designadamente uma Área de Reabilitação (ARU) pode abranger áreas e centros históricos, património

cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas. Com efeito nos termos deste diploma, as razões que determinam (ou devem determinar) a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) prendem-se primordialmente com o estado de conservação e de funcionamento das suas componentes urbanas básicas. Assim, é lícito concluir que qualquer área urbana, central ou mais periférica, com valor patrimonial, ou sem ele, mais ou menos consolidada, desde que apresente sinais de insuficiência, degradação ou de desqualificação urbana, pode ser objeto de integração em Área de Reabilitação Urbana (ARU) para efeitos de desenvolvimento de uma operação integrada de reabilitação urbana. Do ponto de vista do seu enquadramento legal, este é o ponto de partida para a formalização da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da vila de Mogadouro, e que é considerado na metodologia utilizada pela delimitação territorial dos seus limites e integração das diferentes áreas urbanas que compõem este território. Deste modo este documento apresenta e fundamenta as três componentes necessárias para a formalização de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU): ----------

-------1ª – A memória justificativa que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir; ------

-------2ª – A planta com a delimitação da área abrangida com 48 hectares onde estão incluídos além do espaço público e equipamentos de utilização coletiva, cerca de 600 edifícios, na sua maioria alojamentos residenciais e incluída toda a área descrita no PDM – Plano Diretor Municipal como núcleo histórico; ----------

-------3ª – O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, dos quais se destaca entre outros o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com isenção por um período de 5 anos, prorrogável por mais 5 anos a contar da data da conclusão da ação de reabilitação; o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), com isenção na 1ª transmissão do imóvel reabilitado, quando destinado exclusivamente à habitação; aplicação da taxa reduzida de 6% no Imposto sobre o Valor acrescentado (IVA), nas empreitadas de reabilitação urbana tal como definida em diploma específico; dedução à coleta até ao limite de 500 € no Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS). ----------

-------Assim propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), da vila de Mogadouro". ----------

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "dado a natureza do assunto ser importante para o Município, mas também não deixa de ser complexo porque temos muita informação escrita sobre isto, pensei que seria possível recorrendo ali à televisão, ao ecrã, se calhar ter feito um cronograma da zona porque isto aqui é muito evasivo. Este assunto é da responsabilidade da Assembleia Municipal, como muitos

outros, aliás nem pode avançar sem a aprovação da Assembleia Municipal, é importante que avance até por uma questão de dar possibilidades às pessoas de poderem beneficiar deste programa, agora eu acredito que sendo um documento muito extensivo e é um tanto ao quanto maçudo que nem todos têm conhecimento, daí, talvez, já fiz esse apelo, quando há assim assuntos era fácil por ali pelo ecrã vermos quais eram as zonas onde é que a Câmara decidiu esta intervenção, isso é uma objeção que eu pessoalmente estou a fazer, não estou a exigir, são assuntos de natureza importante, também creio que nem todos o leram, e se pelo menos virem as fotos da área urbana que é possível aqui propor para aprovação ficaríamos mais esclarecidos mas se estão todos esclarecidos eu ponho à votação, fica apenas a lembrança para no futuro sermos mais cuidadosos com este tipo de exigências e este tipo de informação. ----------

-------Não havendo dúvidas vou colocar à votação. ----------

-------Aprovado por unanimidade. ----------

-------Ponto 2.5 ----------

----------**2.5** ***Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimentos – Análise e deliberação.*** ----------

-------Discutiremos também o ponto 2.6 ----------

----------**2.6** ***Segunda Revisão do Orçamento Municipal da Receita do ano 2016 – Análise e deliberação.*** ----------

-------Depois votá-los-emos em separado. ----------

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: " esta primeira revisão do Plano Plurianual de Investimentos se repararem é uma alteração das rubricas, os valores mantém-se na mesma, prende-se com o Fundo de Emergência Municipal em que tínhamos na verba fundos de impacto ambientais do grande incêndio de Picões e portanto como temos uma candidatura a decorrer já aos impactos ambientais esta de Picões já não se compreende, já foi, é a alteração dos setenta mil euros que estava na verba em cima passa para a mesma classificação sendo só dotado de forma diferente a nível de estrutura e também com a requalificação do Castelo dos Mouros de Vilarinho em que temos aqui uma rede candidatada à rede de centros de valorização e conservação de Castelo de Mouros e Castelo de Oleiros, estão englobadas as duas candidaturas na mesma candidatura e por isso tivemos que alterar também aqui sendo que o valor é a mesma coisa, os cinquenta mil euros. ----------

-------Relativamente ao Orçamento Municipal da Receita prende-se também com a obrigação legal, após a aprovação já aqui no mês de abril do saldo de gerência do ano anterior, o mesmo foi introduzido como podem verificar de um milhão, seiscentos e setenta e oito mil, duzentos e oitenta e um euros e dois cêntimos, tendo sido para não aumentar a receita reduzido exatamente nos fundos comunitários a receber a mesma quantia e o valor mantém-se o mesmo". ----------

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "não havendo ninguém interessado em intervir vou colocar à votação o ponto **2.5** ***Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimentos – Análise e deliberação.*** ----------
-------O ponto foi aprovado por unanimidade. ----------
-------Ponto **2.6** ***Segunda Revisão do Orçamento Municipal da Receita do ano 2016 – Análise e deliberação.*** ----------
-------Do mesmo modo e não havendo dúvidas depois de explicitado o ponto pelo senhor Presidente da Câmara coloco à votação. ----------
-------O ponto foi aprovado por unanimidade. ----------
-------Ponto 2.7 ----------
----------**2.7** ***Formas de apoios às Freguesias /Uniões de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Pedido de apoio financeiro da Junta de Freguesia de Azinhoso para as obras no cemitério da freguesia - Para conhecimento.*** ----------
-------Isto é apenas para conhecimento, a certidão explica o valor e o montante e a obra parece-me que está feita, parabéns aos promotores e à obra. ----------
-------Passamos ao ponto 2.8 ----------
----------**2.8** ***Adesão da Assembleia Municipal de Mogadouro à Associação Nacional de Assembleias Municipais – Análise e deliberação.***
-------Este ponto tem a ver com o processo inovador que se está a implementar a nível nacional promovido por todo o distrito de Bragança, as Assembleias Municipais decidiram de acordo com os estatutos que foram enviados criar uma associação que os represente, assim como as Juntas de Freguesia ou as Freguesias têm o seu representante que é a ANAFRE, assim como as Câmaras têm ANMP, as Assembleias Municipais decidiram também criar uma associação, para já não tem custos, a custo zero, já foi feita a escritura em Mirandela, neste momento foi criada uma comissão restrita que vai ter a responsabilidade de elaborar e aprofundar os estatutos, criar uma sede, mas isso é uma atividade que vai ser à parte, e também até para permitir que no futuro próximo, e nós Mogadouro somos co fundadores dessa associação à semelhança dos outros concelhos também, possam ter representatividade, entendeu-se que seria preferível levar esta questão à Assembleia Municipal, receber o apoio, até por uma questão de demonstrarmos a nossa solidariedade a esta preocupação, esperemos que esta associação tenha um objetivo que é defender as Assembleias Municipais deste país e ser também parceiro interlocutor do Governo na gestão e na elaboração das Leis que são afetas às Assembleias Municipais, é isso que eu vos posso dizer e pedir o vosso apoio para comunicar à comissão que neste momento está a trabalhar sobre o assunto. ----------
-------Não havendo intervenções coloco à votação. ----------
-------Aprovado por unanimidade. ----------

-------Ponto 2.9 ----------
----------***2.9 Compromissos plurianuais – Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos - Para conhecimento.*** ----------
-------Não havendo intervenções vamos passar ao ponto 3 ----------
----------**3. *Outros assuntos.*** ----------
-------Nos outros assuntos temos um voto de pesar, nós na conferência de líderes interrogamo-nos sempre entre nós se temos votos de pesar para apresentar, mas na altura não nos lembramos, depois entretanto já tínhamos iniciado o processo de funcionamento da Assembleia Municipal e temos aqui dois votos de pesar, um voto de pesar pelo falecimento da avó da deputada Sandra Mesquita, peço desculpa por ser agora, devia ter sido antes mas não teríamos essa informação. Sobre este voto de pesar alguém se deseja pronunciar? ----------
-------Não havendo vou colocá-lo à votação. ----------
-------Aprovado por unanimidade. ----------
-------Temos também aqui um voto de pesar que na conferência de líderes acordamos trazer à Assembleia embora fuja um pouco do âmbito e da natureza do que se encontra regimentado relativamente a este processo, mas sabemos que a Câmara o fez e fê-lo com convicção e por entender que o devia fazer e nós na conferência de líderes também entendemos trazê-lo aqui porque também julgo que é oportuno, que é relativamente à figura, à pessoa que foi o Doutor Almeida, distinto professor de filosofia aqui na escola secundária de Mogadouro, foi uma figura de certa forma carismática na cultura mogadourense, fundou o Grupo Coral Trindade Coelho, ao qual eu tive a honra de pertencer e que à data serviu muitas vezes como desígnio cultural às entidades públicas que visitavam Mogadouro, eu lembro-me perfeitamente de rececionarmos aqui o então Presidente da República o Doutor Mário Soares e outros membros de Governo que vieram aqui e portanto digamos que o primeiro foco cultural era esse, portanto eu acho que é acutilante esta ideia porque de facto serviu a custo zero, também com dificuldades à data, porque eu lembro-me perfeitamente que nem órgão tinha e que foi uma guerra tremenda para conseguir o órgão que era da associação. Entendo que a Assembleia Municipal lhe deve essa honra, neste sentido perguntava se alguém está interessado em usar da palavra relativamente a este ponto? ----------
▶ **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: "apenas para acrescentar às palavras que diz o senhor Presidente da Assembleia, foi realmente o fundador e esteve à frente do Grupo Coral em Mogadouro, Grupo Coral Trindade Coelho enquanto professor em Mogadouro, mas mais importante do que isso é que quando foi para o Porto deslocava-se cá particularmente a fazer esse trabalho, portanto por conseguinte eu penso que o mínimo que lhe podemos fazer é dar-lhe um voto de pesar e reconhecer que foi uma referência durante algum tempo em Mogadouro. ---

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "vou colocar o ponto à votação. ----------
-------Aprovado por unanimidade. ----------
-------Mais um voto de pesar por Horácio Alfredo Gonçalves que foi Presidente da Junta de Ventoselo. ----------
-------Sobre este voto de pesar alguém se quer pronunciar? ----------
-------Não havendo vou coloca-lo à votação.----------
-------Aprovado por unanimidade". ----------
► **ANTÓNIO GONÇALVES** usou da palavra e disse: "dois assuntos que são recorrentes, primeiro, o estudo da qualidade da água e do ar, mais uma vez nos deparamos com falecimentos devido a cancro, faleceu há pouco tempo o salgado, que penso que a maioria de vocês conhecia, com cancro. -
-------Outro assunto recorrente a monografia de Mogadouro como está? Ela já foi paga há três anos, é preciso saber como está, o senhor Vice-presidente teve uma reunião com a doutora Raquel Patriarca, é assim que se chama, penso eu, gostava que nos informasse da situação em que se encontra a monografia de Mogadouro". ----------
► **BELARMINO PINTO** usou da palavra e disse: "há duas questões que me trazem aqui, que dizem respeito à minha freguesia, à freguesia de Urrós e começo por aquela velha questão de arruamentos em Urrós, eu quero lembrar mais uma vez o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador das obras municipais de que há pessoas em Urrós que saem das suas casas e pisam em pedrinhas de tout-venant ou pisam em terra batida, eu acho que é uma situação em que nos tempos de hoje já não se compreende, todos os que aqui estamos não gostaríamos de sair de nossas casas e enfrentar esse pavimento porque é realmente muito desagradável e eu agradecia que tomassem apontamento dessa questão, há também outras ruas que precisam de intervenção, mas principalmente, rua da Lameira, rua das Cerejeiras e rua das Lagoas de Terra Fernandes. ----------
-------A outra questão é a marcação da estrada, ela está a ficar desgastada, há partes onde a marcação não é bem visível e no próximo inverno provavelmente ficarão ainda mais desgastadas e as pessoas deixarão de circular em segurança".----------
► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: "senhor Presidente só três notas, primeiro congratular a Câmara e todo o concelho através da Câmara porque finalmente, penso eu, está desencalhado o processo das cozinhas regionais, vi que havia intenção de adjudicação, independentemente da entidade a quem for adjudicada que penso que será aquela que está indicada nos documentos do Executivo, fico satisfeito porque se trata, sendo adjudicada à pessoa que vem indicada nos documentos, dá todas as garantias, dado que se trata de um produtor e portanto fará um processo integrado e isso é de facto uma grande notícia para o concelho. ----------
-------Uma outra questão, li, mas não tenho aqui presente o documento, que

no Executivo Municipal se tratou da receção do auto definitivo destas obras aqui na praça do município, não sei se é assim o nome, não sei qual é o nome daqui, o adro da igreja de São Francisco, adro do convento, enfim tem vários nomes, a questão já vem de trás, eu não sei se ainda se vai a tempo, mas a questão já vem de trás, seria bom corrigir os erros ortográficos, históricos, sintáticos, sei lá o quê, por aí adiante, que lá estão chapados, são uma vergonha municipal e não vale a pena argumentarem-me com custos, foi a argumentação do anterior Executivo, penso que este Executivo não leia pela mesma cartilha nessa matéria, francamente, é uma vergonha o que ali está escrito, é tempo de ser corrigido. ----------

-------Por último e na continuação daquilo que ouvi ao Deputado Cândido Fernandes, eu de facto tenho visto grafado de diversas maneiras a toponímia de alguns locais do nosso concelho, Ventoselo, Algosinho, Brunhosinho, grafado com s ou com z, Vilar de Rei ou Vilar do Rei, acabem lá com este equívoco". ----------

▶ **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: "a pedido de várias pessoas, têm falado comigo, deixo aqui um alerta à Câmara que devia fazer uma intervenção mais a fundo numa ligação de um caminho de Vilar do Rei a Vilarinho, há muita ligação de Vilar do Rei, Vale Porco a Vilarinho e àquela zona dali Bruçó e Ventozelo, Ventozelo já fica um bocadinho mais distante, mas a nível de máquinas agrícolas então é muito grande o movimento, eu agradecia à Câmara que estudasse o problema e que pensasse numa intervenção de um caminho melhorado para esse tipo de situação". ----------

▶ **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: "como dei indicação na última reunião, salvo erro, deslocamo-nos, a Câmara de Mogadouro a Ploumagoar dentro do âmbito da geminação, daí há-de resultar um relatório que há-de ser presente à Câmara com a informação geral para os colegas desta Assembleia transmito-lhe cumprimentos da Câmara de Ploumagoar a toda a Assembleia. ----------

-------Apesar de ter havido já uma resposta da bancada do PS relativamente ao Dr. Daniel, eu queria reforçar essa resposta dizendo-lhe senhor doutor que é inadmissível que uma Câmara não responda aos elementos da Assembleia com os documentos solicitados, é inadmissível seja ela a Câmara que for. ----------

-------Voltava à distribuição dos IPAD`s que foi feita no início deste mandato e a questão que coloco à Câmara é: para que é que foram distribuídos? Qual a finalidade? Aquilo que eu verifico é que a quem foram distribuídos continuam a utilizar papel, na altura a sua distribuição, que penso que foi cara era exatamente para evitar o consumo de papel, continua-se a ver essa distribuição. ----------

-------Dei nota também de alguns buracos existentes nalguns passeios com pedras soltas que ainda se encontram nesta altura, não custava nada ter

elementos que tratassem desses buracos, pequenos agora que poderão ser grandes, penso que em meio-dia isso ficaria tudo colocado, principalmente ali nos passeios daquela rua que sobre para a casa da cultura na própria casa da cultura, são pedras pequenas que se notam. ----------
-------Dou os meus parabéns por ter vindo cá um dos elementos da Resíduos do Nordeste porque realmente existe uma ideia, todos nós, de que uma separação dos resíduos feita por nós é ajudar alguém que não nós mesmos, poderiam ter verificado que sendo esta uma empresa intermunicipal aproveita a todos nós, se nós conseguirmos em cada casa fazermos a divisão dos resíduos e colocarmos nos respetivos sítios certos, com isso só temos a ganhar, portanto eu agradeço que tenha vindo de facto a empresa dar nota da sua existência". ----------
► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: "muito rapidamente a questão colocada da monografia e levantada pelo professor Gonçalves, efetivamente numa reunião com a Dra. Raquel Patriarca sobre a monografia de Mogadouro verificámos em conjunto com alguns técnico da Câmara de Mogadouro que a proposta final apresentada tinha muitas incorreções, alguns erros históricos e até ortográficos, portanto em nosso entender não estava em condições de ser editada ou de ir para a reprografia, nesse sentido falámos com a doutora Raquel Patriarca par corrigir esses erros e pedimos também uma segunda opinião a outra pessoa dentro dessa área obviamente que já colaborou em outras circunstâncias com o Município de Mogadouro, portanto será uma pessoa avalisada obviamente para também ela nos dar a opinião dela, opinião técnica e depois aí tomarmos uma decisão se vai ser impressa, senão vai ser impressa, enfim ter uma opinião mais avalisada da decisão que se irá tomar *a posteriori*, e neste momento é a situação que está da monografia. ----------
-------Relativamente ao Presidente da Junta, meu caro amigo Belarmino que muito estimo devo dizer que vamos ter em atenção esses arruamentos, eu da Rua das Cerejeiras já tinha conhecimento, das outras duas não tinha, vamos estar atentos e brevemente iremos tentar resolver, porventura ainda este verão tentar resolver estas duas ou três situações. ----------
-------Relativamente à questão do senhor Cândido Fernandes, eu acho que até por uma questão de respeito, acho que esse assunto deve ser apresentado pelo Exmos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que falou, nomeadamente União de Freguesias de Mogadouro e União de Freguesias de Vilarinho, acho que devem ser eles a colocar esse assunto, é um assunto que lhes diz respeito a eles, é um assunto que está sob a jurisdição deles. Agradeço obviamente o alerta mas eu depois falarei com os Presidentes de Junta dessas Freguesias. ----------
-------Sobre os buracos dos passeios eu depois vou ver isso, as nossas brigadas têm andado um bocadinho ocupadas com o muro do castelo, e isso é público, aliás este ano temos as coisas um bocadinho mais atrasadas,

precisamente por estarem lá duas brigadas, mas enfim há que gerir prioridades e a questão dos muros da misericórdia e do castelo eram efetivamente as prioridades, quando estivermos libertos faremos os outros assuntos que temos pendentes por resolver ".----------

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: "temos no *site* do Município a possibilidade de sinalizarem qualquer coisa que exista que menos bem esteja no nosso concelho, seja aqui em Mogadouro, seja em qualquer freguesia, seja através de mensagem ou no nosso *site* coloquem lá aquilo que é de intervenção que assim vai cair logo aos responsáveis que estão com esses setores, neste caso obras, o alerta cai logo portanto aproveitem esse espaço que há eletrónico, ou via telefone, ou via mensagem". ----------

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. ----------

-------A Segunda Secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. ----------

------- Finda a leitura da ata o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. ----------

-------Às doze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. ----------

A funcionária de apoio,

(Maria Isabel Sarmento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Ilídio Granjo Vaz)

[1] **Esta ata é constituída por 18.038 palavras, distribuídas por 38 páginas.**